

Ata da Primeira Reunião

Comissão de Cogestão do Parque Natural da Serra de São Mamede

Aos seis dias do mês de janeiro do ano dois mil, vinte e um, pelas catorze horas e trinta minutos, teve lugar a primeira reunião da Comissão de Cogestão do Parque Natural da Serra de S. Mamede, que decorreu online, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto 1. Apresentação dos membros da Comissão de Cogestão, efetivos e suplentes;

Ponto 2. Apresentação de proposta de Regulamento de Funcionamento da Comissão de Cogestão e discussão dos indicadores de realização a integrar no futuro plano de cogestão do PNSSM;-----

Ponto 3. Designação da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão;-----

Ponto 4. Plano de gestão e plano anual de atividades e orçamento;-----

Ponto 5. Outros assuntos.-----

O Presidente da Comissão de Cogestão, António Pita (AP) abriu a sessão, agradecendo a presença dos elementos e iniciou a ordem de trabalhos.-----

Ponto 1. Apresentação dos membros da Comissão de Cogestão, efetivos e suplentes;

João Carlos Farinha (JCF) introduziu o primeiro ponto da ordem de trabalhos e realizou uma apresentação sobre os membros da Comissão, referindo que o ficheiro com os contactos seria disponibilizado posteriormente para o seu preenchimento.

Seguiu-se a apresentação de cada um dos elementos presentes, pelos próprios: Carla Mocito (CM) da Entidade Regional de Turismo do Alentejo/ Ribatejo, José Janela (JJ) da Quercus, Jorge Velez (JV) dos Lugares da Serra Alentejana, Maria de Jesus (MJ), da Associação de Agricultores de Portalegre, Luís Loures (LL), do Instituto Politécnico de Portalegre, JCF e Ana Isa Figueira (AIF) do ICNF e AP, presidente da Comissão e do Município de Castelo de Vide.

AP informou que a comissão foi constituída legalmente a 28 de dezembro de 2020, através da publicação do Despacho 12612/2020 que determina a composição da Comissão da Cogestão do PNSSM.

Ponto 2. Apresentação de proposta de Regulamento de Funcionamento da Comissão de Cogestão e discussão dos indicadores de realização a integrar no futuro plano de cogestão do PNSSM;

JCF prosseguiu com a apresentação que resumiu o funcionamento da Comissão de Cogestão, focando a duração das suas funções, a periodicidade das reuniões, o regulamento interno que deverá ser elaborado e aprovado, a criação de grupos de trabalhos específicos e a estrutura de apoio que se constituirá. Relativamente ao regulamento interno da comissão, JCF informou que já tinha feito chegar aos elementos, uma proposta de regulamento, um documento de

base para ser trabalhado pela comissão. Colocou à consideração dos elementos a sua análise e discussão no momento ou a sua aprovação numa outra reunião, após análise posterior.

MJ e LL consideraram melhor o documento ser analisado pela comissão fora da reunião e depois ser aprovado numa próxima reunião.

JCF apresentou os vários pontos da proposta, explicando sucintamente cada ponto.

LL questionou, relativamente aos mandatos, se os mesmos se referiam a mandatos institucionais, ao que JCF respondeu afirmativamente, conforme o conteúdo do Despacho já em vigor. Informou também que a exceção seria relativa aos municípios, que poderiam mais tarde optar por uma representação por parte das associações de municípios.

JJ interveio sobre o artigo 7º, relativo às presenças sem direito a voto, considerando que a palavra “temporária ou permanentemente” não deveria constar na primeira alínea. Foi retirada essa expressão.

LL referiu que existe uma incongruência no artigo 13º - Requisitos das Deliberações, uma vez que o ponto um refere que as deliberações são adotadas por consenso, mas no ponto dois está referido que, numa questão de empate nos votos, o Presidente terá voto de qualidade. Sugeriu, deste modo, substituir a expressão “por consenso”, pela expressão “por maioria simples”.

MJ sugeriu a expressão “preferencialmente por consenso”, referindo que seria a melhor opção. LL concordou com esta sugestão.

Relativamente à plataforma de contacto, JCF sugeriu ser esta questão vista mais à frente, porque talvez não se justificasse utiliza-la, uma vez que não são muitos os elementos da comissão.

CM chamou a atenção para a partilha de documentos, que pode ser necessária. JJ corroborou, referindo que para partilha de documentos seria importante existir algum local.

JCF avançou para o tema dos indicadores, apresentando os que estão a ser equacionados para futura proposta de lei, vigente para todas as comissões de cogestão nacionais. Informou que os indicadores apresentados não constituem todos os possíveis, estando eles especificamente relacionados com a área da comunicação, valorização e sensibilização da área protegida. Foram apresentados os indicadores: Portas de entrada, Infraestruturas de lazer e visitação, Materiais de divulgação, Rotas e percursos interpretativos, Sinalização, Visitação, a marca Natural PT, Novas atividades e produtos de aderentes, Inovação, Educação e Sensibilização ambiental, Participação Pública no Processo de Cogestão, Avaliação do Processo de Cogestão. Informou ainda que quando os indicadores forem publicados, serão partilhados com os membros da comissão, no sentido de os integrar no plano de cogestão que terá de ser elaborado. Deixou a sugestão de se constituir um *road book* sobre os mesmos, como um acervo de todas as atividades e ações que se realizaram no sentido de atingir os objetivos de cogestão.

JV interveio para dar a conhecer vários projetos, implementados pela associação *Lugares da Serra*. Referiu o projeto de certificação de turismos em espaços rurais, ligado às Reservas de Biosfera. Inserido neste projeto encontra-se uma candidatura aprovada, para apoio em consultoria e formação na área da sustentabilidade, aos associados e que abrangerá quarenta empresas, durante dois anos. Estes empresários beneficiarão de consultoria e formação gratuitas e poderão ter um papel importante, indo ao encontro de indicadores da Comissão de Cogestão, como a inovação e a educação ambiental. Deu também conta de outra intenção de candidatura, com foco na aldeia de Esperança, no município de Arronches. Esta última candidatura tem a participação de Ministério da Saúde, e está focada nos conceitos de bairros saudáveis e visa apoiar 360 municípios com acompanhamento de psicólogos, animadores socio culturais, entre outros recursos de saúde. Referiu que estas ações podem integrar o plano de cogestão, podendo concorrer para os indicadores antes apresentados.

JCF esclareceu que a área da abrangência da comissão pode não se encerrar nos limites da área protegida, mas sim nos concelhos que a integram, no seu todo, caso a Comissão assim o entenda. Considera ser essa a melhor abrangência da ação da Comissão. Referiu também que são os tipos de projetos que foram anteriormente referidos por JV são importantes e vão ao encontro do que se pretende com o modelo de Cogestão. Refere que é necessário recolher todas as atividades dos municípios que são relevantes para integrar no Plano de Cogestão.

CM referiu um projeto promovido pela Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) com a parceria do Turismo de Portugal, que visa a certificação dos trilhos pedestres, a colocação de *beacons* em determinados pontos e ainda a colocação de contadores de visitantes. Esta ação pode-se enquadrar na monitorização de visitantes.

MJ questionou qual o tipo de financiamento que se poderá obter no âmbito da comissão, ao que JCF respondeu que relativamente a financiamentos como os derivados do Fundo Ambiental ou POSEUR, vão considerar a existência e ação da Comissão de Cogestão, sendo esse um compromisso do ministério do ambiente e alterações climáticas. Estes financiamentos vão funcionar por entidade, sendo que a comissão não vai ter autonomia financeira.

LL referiu que faria sentido neste modelo, todos os elementos estarem atentos ao que possam ser *calls* comuns ao território do Parque Natural de Serra de São Mamede, porque nem todas as entidades se podem candidatar a projetos dentro desse território.

JCF referiu o que se pretende é que haja maior concertação e maior abrangência nas possibilidades de candidatura.

JV interveio para dar o exemplo do mecanismo de internacionalização de empresários promovido pela Agência de Promoção do Alentejo, que pode ser estendido a outras entidades dos concelhos que não empresários. Estes mecanismos podem também integrar o plano de ação.

AP reforçou a ideia que não se deve confundir o Plano de ação do PNSSM e o Plano de ação da Comissão de Cogestão, pois são distintos. O modelo de Cogestão no seu funcionamento não pode substituir o PNSSM, sendo que o primeiro pretende uma boa articulação, cooperação institucional e visão estratégica entre o PN, as câmaras municipais e todas as entidades

envolvidas no processo. Frisou também a necessidade de uma comunicação clara entre o PNSSM e as outras entidades envolvidas na mesma.

Considera que se deve avançar para um trabalho não só sobre o regulamento da Comissão de Cogestão, mas também o plano anual de atividades da Comissão.

JJ informou que a QUERCUS têm um projeto que se insere na área da formação, o *BIO TRANS-Gestão Integrada da Biodiversidade da área transfronteiriça*, promovido pela FEDER – Programa Intereg. Nesse âmbito houve uma parceria com o Centro de Formação de Professores do Norte Alentejano e foi aprovada a ação de formação *Biodiversidade na área transfronteiriça – sensibilização e vigilância ambiental*.

JCF referiu que já construiu um documento de base para serem incluídas as atividades e projetos que se julguem importantes de considerar para o Plano Anual da Comissão e que o mesmo vai ser disponibilizado aos elementos, para preenchimento.

Ponto 3. Designação da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão;

JCF referiu que relativamente à estrutura de apoio, de acordo com o artigo 10º, sugeriu que a mesma seja vista mais para a frente, aguardando pela vinda de um técnico contratado para dar apoio à comissão.

Ponto 4. Plano de gestão e plano anual de atividades e orçamento;

JCF apresentou os instrumentos de gestão da área protegida, constantes no artigo 12º do Decreto-Lei 116/2019, 21 de agosto. A comissão terá um ano para executar o plano de gestão e já estão definidas, no artigo 13º do mesmo Decreto-Lei, as linhas a considerar na sua elaboração.

Relativamente ao plano anual de atividades e orçamento, sugeriu que se avançasse neste trabalho, tal como sugerido pelo presidente AP, como “trabalho de casa” e que se considerasse como uma base, o *Plano de Valorização do Tejo Internacional*, que possui alguns pontos interessantes e eixos de intervenção a desenvolver. Apresentou um ficheiro Excel já construído e sugeriu que os membros da comissão preenchessem com ações oportunas que contribuíssem para o plano, não só relativo à própria entidade mas a outras que tenham conhecimento. Outra alternativa seria reunir a comissão, em meados de janeiro, para que numa sessão de trabalho se preenchesse o mesmo, com o contributo de todos os membros.

LL informou que concorda com a última opção. Sugeriu colocar esse documento uma pasta partilhada, para ser editada por cada um dos membros.

JCF concordou com esta sugestão, referindo que criaria a pasta e marcaria uma reunião para discussão do mesmo, em janeiro, para que em fevereiro já se pudesse ter o documento definido. Referiu que este trabalho teria de ser realizado **tendo em conta a linha de ação do conselho estratégico**, que se reúne em março, sendo que este aprova o plano em questão. Referiu também que é por volta de Março que tipicamente o Fundo Ambiental atribui verbas e financiamentos que poderão ser uma oportunidade de candidatura.

AP referiu que na sua visão, o plano deverá atender a duas linhas de ação diferentes. Uma linha direcionada para as necessidades imediatas, considerando os planos de atividades num futuro próximo e que são alvo presentemente, de candidaturas ao Fundo Ambiental. A outra linha dirá respeito a uma visão estratégica que segue a linha dos grandes desafios ambientais, como as alterações climáticas, sendo estes o objeto do quadro comunitário de apoios. Informou que relativamente ao técnico contratado para a estrutura de apoio, os candidatos já enviaram as suas propostas, o processo está na fase de audiência prévia e no prazo de uma semana será submetido à aprovação do ICNF.

JCF frisou que o plano de gestão será para cinco anos e por isso, direcionados para o futuro.

Ponto 5. Outros assuntos.

AP solicitou os contributos dos elementos presentes para os dois documentos tratados na reunião, para discussão posterior. Deixou uma nota de que foi contactado pela Comunicação Social sobre o início de funções da Comissão, colocando à consideração facultar uma pequena síntese sobre o mesmo. Não houve intervenções contra.

JJ questionou se relativamente ao orçamento, existiriam verbas para suportar as deslocações dos membros para as reuniões presenciais. Relativamente à nota de imprensa publicada pelo governo solicitou a correção da referência à Quercus, na composição dos membros da Comissão de Cogestão.

AP informou que será feita a correção solicitada e que se prevê apenas despesas com os honorários do técnico que irá apoiar a estrutura de apoio à comissão.

JCF referiu que a questão de verbas para as deslocações já se colocou, especialmente com as associações não-governamentais, que não terão tantos meios como as entidade públicas e que irá colocar a questão futuramente.

E sem mais assunto a discutir, deu-se por encerrada a sessão.

O Presidente da Comissão de Cogestão do PNSSM

António Pita

O Secretário

João Farinha